Aula 3

A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL:
A CARACTERÍSTICA DESTRUTIVA DO SISTEMA DO CAPITAL E O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

META

Compreender o papel dos Países Centrais na discussão da questão ambiental.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá: identificar as finalidades do ensino de
Relacionar a emergência da questão ambiental diante do paradigma capitalista de exploração da natureza;
Entender o crescimento dom movimento ambientalista e as implicações dos mesmos na defesa do meio ambiente.

PRÉ-REQUISITOS

Aula 01: A formação histórico-estrutural dos Países Centrais e a relação com a evolução do capitalismo.

Genésio José dos Santos

INTRODUÇÃO

Nesta aula, refletiremos sobre a emergência da questão ambiental a partir da década de 1970, como resultado da profunda transformação e da dinâmica implementada pelo paradigma da modernidade, com suas consequências para o meio ambiente. O acelerado ritmo de destruição das florestas, a perda da biodiversidade, a concentração dos gases produtores do efeito estufa e as suas consequências no espaço, tais impactos socioambientais passaram a ser gradativamente discutidos em diferentes escalas. Nesse âmbito surgem movimentos ambientais que indagavam a ideia do progresso difundida pelos Países Centrais e a investida destes nos países emergentes não passava de uma falsa ilusão fundamentada mais uma vez nas ideias eurocentristas, ocidentalistas diante das consequências desastrosas ao meio ambiente impostas pelo capital.

A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL: A CARACTERÍSTICA DESTRUTIVA DO SISTEMA DO CAPITAL E O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O modelo de desenvolvimento eurocentrista, ocidentalista ou gobocentrista implementado na sociedade moderna, apresenta-se desgastado e insustentável no que se refere ao meio ambiente. Esta crise ambiental apresenta-se como a própria crise de um modelo de sociedade e de seus paradigmas, modelo difundido pelos dominadores como via ideal em direção ao progresso da sociedade. Vivemos uma crise ambiental que põe em risco a vida no planeta. A tomada de consciência da crise do meio ambiente tem atraído a comunidade cientifica e a opinião pública na escala global. A relação dos homens com a natureza apresenta-se complexa em processos que estão direcionados a deterioração dos recursos e o debate dos novos paradigmas tornam-se essenciais direcionados a preservação da mesma.

Convém lembrar a aula 01 quando foi tratado do paradigma do eurocentrismo no qual a modernidade ressaltada é aquela difundida pelos colonizadores/dominadores e que se torna referência aos demais espaços territoriais do mundo. Este paradigma defende que o progresso da humanidade estar relacionada aos ditames saberes difundidos pelos povos detentores como um conhecimento técnico-cientifico, saber esse superior as demais culturas. No final do segundo milênio e na era da globalização vivemos um aparente paradoxo com a aceleração da devastação a nível global e a ascensão dos movimentos ambientalistas. Para Carlos Valter Porto (2006, p. 26) esses fatos remetem a um grande paradoxo, devastação em massa e os movimentos pró- salvação.

Nessa direção, emerge vários movimentos sociais direcionados a defesa do meio ambiente. Entretanto, não foram observados avanços no sentido de resolução da crise ambiental criada pelo próprio sistema capitalista, quando o próprio planeta aponta sinais da referida crise a exemplo do aquecimento global entre outros.

No final da década de 1960, surgem movimentos ecologistas ou ambientalistas liderados por estudantes, que indagavam sobre o crescimento econômico e a devastação do meio ambiente a nível alarmante.

No inicio da década de 1970, o Clube de Roma entidade formada por intelectuais e empresários, apresenta "previsões apocalípticas a respeito do esgotamento de alguns recursos e da catástrofe ecológica", defendendo portanto, o crescimento a nível zero; Os documentos elaborados por esse grupo apresentavam questões a serem solucionadas com vistas a sustentabilidade: controle do crescimento populacional, controle do crescimento industrial, insuficiência da produção de alimentos, e o esgotamento dos recursos naturais (SACHS, 2007, CAMARGO, 2002). Observa-se que nesse contexto o movimento ambientalista criado nos países Centrais embutido de ideias eurocentristas, ressalta o paradigma da natureza intocada.

Contrapondo-se a essa visão da natureza intocada a partir da obra dos Limites do Crescimento, os conceitos de desenvolvimento e meio ambiente passam a ser discutidos com o paradigma do ecodesenvolvimento.

O PARADIGMA DO ECODESENVOLVIMENTO

O conceito do ecodesenvolvimento foi difundido a partir de 1972, com as primeiras iniciativas voltadas para a promoção de um crescimento econômico ladeado pela repartição qualitativamente dos seus frutos. Este conceito assinalava um novo estilo de desenvolvimento com um enfoque participativo no planejamento e gestão, diante das crises na escala global e a multiplicação de impactos ambientais.

Os proponentes do enfoque estimulavam a busca de soluções alternativas para as necessidades especificas de cada região selecionado para o planejamento. Instigavam a capacidade das populações de identificar os seus próprios problemas e de propor soluções uma forma de governança, apontada como a via privilegiada para a institucionalização de novos padrões de relacionamento (SACHS, 2007).

Segundo os seus postulantes no nível macroeconômico as políticas de ecodesenvolvimento foram caracterizadas como uma tentativa de restabelecer a harmonia perdida entre desenvolvimento e meio ambiente. O Estado nesse caso se torna responsável pela implantação de um conjunto de medidas capazes de orientar e articular as iniciativas que emergem a nível local e que apresentam uma sustentabilidade dentro do padrão modernizador. Para tanto, os diagnósticos e os possíveis cenários ou futuros cenários

planejados deveriam considerar a gestão da tecnologia, o abastecimento de matérias-primas, a gestão de recursos naturais de uso comum, o suprimento energético e a organização das atividades produtivas. Logo, seria preciso conter, as práticas predatórias, retardando a exaustão de recursos não-renováveis, assim como o desperdício deveria ser eliminado, em troca do aproveitamento ecologicamente refletido do potencial de biomassa existente em cada contexto socioecológico.(SACHS, 2007, 2004). Logo, o envolvimento da sociedade civil organizada era considerada nesse paradigma como essencial na definição e na articulação política das necessidades coletivas, na identificação das potencialidades econômicas não aproveitadas ou até mesmo desconhecidas nos espaços socioecológicos definidos;

Ainda para balizar tal proposta evidenciou-se o desenvolvimento no setor educacional a necessidade de focar o conceito do ecodesenvolvimento como um ponto fundamental alicerçando a teoria. O objetivo primordial estava relacionado a redução máxima dos níveis de consumo e de desperdício de recursos naturais difundidos como estilos de vida que deveriam ser adotados, estilos esses difundidos pelos Países Centrais adotados por minorias ricas.

De acordo com Sachs (2007) a expectativa dos defensores do ecodesenvolvimento era que esse paradigma passasse a ser um marco norteador do funcionamento de novas políticas de gestão e planejamento, balizando as ações das politicas governamentais. Todavia, o autor ressalta que persistem a combinação desastrosa de reducionismo economista, desinformação, conformismo e inércia institucional. Para ele, as “estratégias de desenvolvimento socialmente includente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado, só acontecerá na medida que formos capazes de superar a hegemonia alcançada atualmente pelas doutrinas neoliberais” (Id. 2007, p.20).

Um novo termo surgiu nos círculos de debates das conferências internacionais, tendo em vista à substituição das desigualdades sociais a discussão do termo desenvolvimento incorporou outro sentido com o uso do adjetivo sustentável. No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), representantes governamentais nas diferentes escalas discutiram novas alternativas para o crescimento voltadas principalmente para os denominados países semi-industrializados, semi-periféricos, emergentes, tendo em vista o avanço do setor industrial nesse período e as mudanças provocadas no meio ambiente.

Todavia, a noção de desenvolvimento sustentável traz consigo uma discussão polissêmico tendo em vista que não há um consenso a respeito da sustentabilidade de forma concomitante ao desenvolvimento. Surgem várias indagações, realmente existe um desenvolvimento sustentável no paradigma capitalista? Em que medida pode ser efetiva o desenvolvimento sustentável nos países emergentes, semi-periféricos, se os órgãos de controle e preservação do meio ambiente não tem estrutura para coibir e denunciar os danos provocados pelo capital ao meio ambiente? Como pode o desenvolvimento tornar-se sustentável se as normativas vigentes direcionadas a preservação

do meio ambiente não são cumpridas? Várias são as indagações surgidas, resultando nas incertezas que o termo incorpora a despeito de consensos.

Discutiremos em seguida o paradigma do desenvolvimento sustentável adotado como expressão oficial nos documentos da ONU, UICN e WWF e o surgimento de conferências para a discussão da problemática vivenciada no meio ambiente.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No inicio da década de 1980, surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável a partir dos relatórios a respeito das mudanças climáticas, elaborados pelas pesquisas e diagnósticos realizados pela Organização das Nações Unidas em como uma réplica às cobranças da população diante da crise ambiental. Esse conceito, da mesma forma que o ecodesenvolvimento procura conciliar a necessidade de desenvolvimento econômico da sociedade com a promoção do desenvolvimento social, embutido também o respeito ao meio-ambiente.

Em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, na Noruega, elaborou um documento denominado “Nosso Futuro Comum” também conhecido como Relatório Brundtland, onde os governos signatários se comprometiam a promover o desenvolvimento econômico e social em conformidade com a preservação ambiental. (CMMAD, 1987)

Nesse relatório foi elaborada uma das definições mais difundidas do conceito: o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.

Com a divulgação deste relatório a Assembleia Geral das Nações Unidas convocou e organizou a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, tendo em vista à necessidade de redefinir o conceito de desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento sócio-economico e concomitantemente deveria ser inserida a discussão a respeito da deterioração do meio ambiente com o objetivo de detê-la. Para os mentores desse novo modelo de discussão a definição poderia ser concretizado somente com uma aliança entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Portanto, o Relatório Brundtland quanto os documentos produzidos pelo Clube de Roma, a respeito do Desenvolvimento Sustentável, receberam duras criticas, por apontarem como causas da insustentabilidade do planeta, o aumento da população e miserabilidade dos países e povos dos países pobres denominados de Terceiro Mundo. Quanto às criticas e denuncias direcionadas aos Países Centrais principais mentores da insustentabilidade, elas apresentaram-se reduzidas, com um tom aprazível.

A teoria do desenvolvimento sustentável, ou ecodesenvolvimento, parte do ponto em que a maior parte das teorias que procuraram desvendar os mistérios sociais e econômicos das últimas décadas não obteve sucesso. O modelo de industrialização tardia ou modernização, que ocupou o cerne de diversas teorias nos anos 60 e 70, é capaz de modernizar alguns setores da economia, mas incapaz de oferecer um desenvolvimento equilibrado para uma sociedade inteira. Logo, a modernização não acompanhada do Estado e do apoio da sociedade, desencadeará um processo de decomposição social e ambiental. Desse modo, o conceito do desenvolvimento sustentável constitui como uma alternativa ao tradicional modelo de desenvolvimento imposto pelo paradigma da modernidade.

A dimensão de sustentabilidade social inerente ao conceito, não diz respeito apenas ao estabelecimento de limites ou restrições à persistência do desenvolvimento, mas implica na ultrapassagem do econômico: não pela rejeição da eficiência econômica e nem pela abdicação do crescimento econômico, mas pela colocação dos mesmos a serviço de um novo projeto societário, onde a finalidade social esteja "justificada pelo postulado ético de solidariedade intrageracional e de equidade, materializada em um contrato social". (SACHS, 1995, p. 26)

A ideia do desenvolvimento sustentável está relacionada ao crescimento aliada ao respeito ao meio ambiente, sendo este uma atribuição da sociedade civil. Ao Estado cabe a criação e fiscalização do meio ambiente e o cumprimento de normativas criadas em defesa do patrimônio local/ambiental. Logo pensar em sustentabilidade significa pensar em melhores condições de vida para um dado grupo em determinado ambiente.

Na Conferência da Terra - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em 1992, na cidade do Rio de Janeiro contando com a presença de 108 representantes de Nações, foram aprovados três acordos que deveriam construir a Agenda 21: a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que define os direitos e as obrigações dos estados sobre os princípios básicos do meio ambiente e desenvolvimento.

A denominada Rio-92 contou com a participação da sociedade civil, organizações não governamentais de Brasil e de diversos países. Dessa conferência resultou em um documento dirigido para a área do Meio ambiente que após reavaliações foi aprovado em 2002, A Carta da Terra.

Dez anos após a Rio-92 organizou-se a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, África do Sul, da mesma forma que a conferência anterior contou com a presença de chefes de Estado e de Governo, organizações não-governamentais e empresários. Estes avaliaram o progresso do estabelecimento da Agenda 21, um plano de ação mundial para promover o desenvolvimento sustentável a uma escala local, nacional, regional e internacional. O objetivo central da Conferência constituiu em renovar o compromisso mundial de construir um desenvolvimento

sustentável, a cooperação entre os Países Centrais e os Periféricos. Um dos pontos importantes discutidos foi a busca de alternativas energéticas de caráter renovável como um dos objetivos estabelecidos nas diferentes escalas geográficas.

As políticas de desenvolvimento são processos de políticas públicas de Estados nacionais. Os estilos de desenvolvimento estão sustentados por políticas de Estado que, por sua vez, respaldam padrões de articulação muito determinados dos diversos segmentos sociais e econômicos com os recursos disponíveis na natureza.

Contrapondo-se a esse modelo outros movimentos surgem tendo por viés principal a denominada racionalidade ambiental defendida por Enrique Leff (2006).

RACIONALIDADE AMBIENTAL

Os postulados da racionalidade ambiental de acordo com Porto (2006, p.27) refere-se em uma ética da autoridade por meio de uma política da diferença na igualdade e de uma política de igualdade na diferença. Para tanto, é indispensável o conhecimento acerca da complexidade do ambiente e das relações sócio-econômicas do local em que estamos inseridos bem como dos fundamentos paradigmáticos que justificam e/ou explicam tal relação. E tais fundamentos podem contribuir para manter/justificar ou explicar sem ir a raiz das causas da destruição ambiental e humana; ou ao contrário, construir bases teóricas e práticas a fim de reinventar novas formas de produzir e permitindo novas relações com a natureza, que ultrapasse a relação de domínio e exploração, mas que, se desenvolvam relações de cooperação e inter-relação, que se fundamente num paradigma ecológico diverso do paradigma mecanicista.

Para Leff a crise ambiental é considerada como uma crise social, ou uma crise do capitalismo, crise essa civilizatória resultante de um modelo fundamentado na exploração da natureza. A apropriação da natureza pelo capital e atualmente pelas transnacionais desencadeiam um processo submetendo os povos e o espaço natural a limites de exaustão e devastação não vistos anteriormente. Para tanto, aliam o meio técnico-cientifico na busca exacerbada da acumulação de riquezas. Entretanto, não somente a natureza é devastada, mas a população de determinadas áreas limitam-se a pobreza e a miséria. Recordando as discussões de Furtado a respeito do desenvolvimento o autor ressaltava: o sistema econômico exerce dupla pressão sobre o meio ambiente, sugando seus recursos – alguns deles inequivocamente esgotáveis (caso do petróleo) – e jogando na natureza a todo instante a sujeira que, em derradeira instância e do ponto de vista termodinâmico, resulta de tudo o que o homem (e qualquer outro ser vivo) faz. Os limites ao crescimento, pois, podem estar na saída, como é o caso, sem dúvida, do gás carbônico da emissão da queima de combustíveis fósseis ou do clo-

rofluorcarbono (CFC) que destrói a camada de ozônio e lança horizontes sombrios sobre o progresso da modernidade.

Por que ignorar na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis, e o dos solos e florestas (dificilmente renováveis)? Por que ignorar a poluição das águas e a destruição total dos peixes nos rios em que as usinas despejam seus resíduos? (FURTADO, 1974).

Nesse debate relacionado a esfera ambiental o debate político tem sido requisitado, tendo em vista os diferentes interesses como foi ressaltado desde o ecodesenvolvimento, o desenvolvimento sustentável e na atualidade a racionalidade ambiental. Segundo Leff (1999, p.120) "os desafios do desenvolvimento sustentável implicam na necessidade de formar capacidades para orientar um desenvolvimento fundado em bases tecnológicas, de equidade social, diversidade cultural e democracia participativa". Logo o paradigma "ecológico" emerge, portanto, neste contexto histórico em que se evidencia a insustentabilidade do nosso modo de vida, contesta e questiona os modelos, os conhecimentos que legitimaram o desenvolvimento social e econômico da sociedade capitalista na qual tudo se torna mercadoria.

Portanto, urge o imperativo de ampliarmos o nosso conhecimento buscando reflexões e ações as quais as relações sociais e para com a natureza de acordo com as diferentes classes sociais.

CONCLUSÃO

Após as discussões apresentadas urge pensarmos em buscar um novo relacionamento com o meio ambiente, faz-se necessário por em prática a consciência ecológica, ultrapassando a lógica individualista como modelo centrado pelo capital. A nossa pretensão foi propor um debate sobre a questão ambiental e a diversidade de paradigmas criados a partir da defesa do meio ambiente.

RESUMO

A emergência da questão ambiental a partir da década de 1970, resultou da profunda transformação e da dinâmica implementada pelo paradigma da modernidade, com suas consequências para o meio ambiente. O acelerado ritmo de destruição passaram a ser gradativamente discutidos em diferentes escalas. Nesse âmbito surgem movimentos ambientais que indagavam a ideia do progresso difundida pelos Países Centrais e os novos paradigmas criados em defesa da questão ambiental diante das desastrosas investidas em nome do progresso nos Países Centrais bem como nos Periféricos.

ATIVIDADES

Um conceito de sustentabilidade deve está presente desde as pequenas atitudes diferenciadas de comportamento, como a separação e a reciclagem do lixo doméstico, tomadas pelo cidadão comum. Entretanto, não devemos perder de vista e refletir sobre as investidas e estratégias do grande capital quando em nome do progresso e da produtividade buscam explorar e apropriar-se do meio ambiente devastando as espécies animais, vegetais e o meio como um todo. Diante das investidas contrárias a preservação do meio ambiente elabore uma atividade prática que poderá ser desenvolvida junto aos alunos da educação básica com o objetivo de executar uma prática para preservar o meio em que vivem. Indique a turma e a faixa etária dos alunos e publique na plataforma.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Você como futuro professor mediador do conhecimento tem um papel fundamental em propagar mudanças direcionadas ao meio ambiente. Portanto, converse com os alunos, ou com os seus familiares sobre o consumismo, ou atitudes consumistas adquiridas e as consequências das mesmas para o meio ambiente. Discutam possíveis mudanças e ao mesmo tempo procure saber como o meio ambiente local está sendo tratado na agricultura, no setor comercial, industrial e como as autoridades locais tratam as questões ambientais. Procure discutir esta temática, e aprofunde as discussões com os seus colegas.

LEITURA COMPLEMENTAR

Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. JACOBI, Pedro. IN: http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf

PRÓXIMA AULA

Na próxima aula vamos abordar as questões relativas a formação dos blocos econômicos internacionais.

AUTOAVALIAÇÃO

Reflita sobre a necessidade de mudanças nas pequenas atitudes e faça uma análise do papel das grandes e médias empresas locais diante do meio ambiente. Faça uma lista dos problemas ambientais evidenciados no seu município provocados pela população local e por grupos empresariais que atuam no seu município.

REFERÊNCIA

CMMAD. Nosso Futuro Comum. New York: ONU, 1987.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, setembro, 2005, pp. 55-70.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

LEFF. Enrique. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável**.In: REIGOTA, M. (Org.) **Verde Cotidiano, o meio ambiente em discussão.** Rio de Janeiro: DP&A.1999.

SACHS, I. **À la Recherche de Nouvelles Stratégies de Developpement Enjeux du Sommet Social**. Paris: UNESCO, 1995.

SANTOS, Milton. **A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas.** Terra Livre, 1991, n. 9, 7-17.